



**Ética do Psicodrama com populações estigmatizadas. Mediador: Érico Vieira**

**Narrativas território-corpo-centradas: um psicodrama latino e contracolonial**

**Laura de Souza Zingra Vomero<sup>1</sup> Gabriela Pereira Vidal<sup>2</sup>**

**<sup>1</sup> Psicodramatista Didata. Viver Mais Psicologia - laurazvomero@gmail.com**

**<sup>2</sup> Mestra em Psicologia (UFSC) e Psicodramatista Didata. Viver Mais Psicologia – gabrielavidaal@gmail.com**

### **Sexo-gênero: uma invenção colonial**

O contexto social vivenciado nos últimos anos tem intensificado as tentativas de apagamento e de abolição do político, através de lógicas que nos isolam, distanciando nosso poder grupal (Mbembe, 2011). Enquanto grupos com maior privilégio estão voltados a viver e aproveitar a vida, populações estigmatizadas lutam diariamente por sobrevivência.

Compreendemos que o Brasil, resultado de genocídio indígena e africano, tem sua cultura reatualizada do período intitulado como colonialismo, o que chamamos de conserva colonial (Vomero, 2022). Inclusive, encontramos essas conservas coloniais no próprio psicodrama, assim como em todo o cenário social. Nesse sentido, o questionamento ao cristalizado, é percebido como desordem, justo porque a ordem é uma característica marcante do processo de colonização. É o movimento de descolonização que produz a desordem absoluta para poder superar a colonialidade (Quijano, 2005). Como afirma Fanon (2022, p. 87) "O trabalho do colonizado é imaginar todas as combinações eventuais de aniquilar o colono", ou seja, precisamos produzir desordens e desobediências para que este movimento aconteça, como o autor afirma, a destruição do colonial não será pacífica, pois são grupos com interesses antagônicos.

Mas a pacificidade nunca existiu, e isso também pode ser compreendido como uma conserva colonial. Estamos em guerra desde 1500. Não à toa, o Brasil lidera, pelo 14º ano consecutivo, o ranking de país que mais mata pessoas trans e pessoas LGBTQIA+ no mundo (CUT, 2023). Os interesses antagônicos giram em torno de quem deve morrer (Mbembe, 2011) e quem

resiste aos mais variados exemplos de mortes, tanto simbólicas quanto materiais. O ódio às existências gênero-dissidentes foi introduzido durante a colonização das Américas. De acordo com a feminista decolonial María Lugones (2014), até mesmo a concepção de macho e fêmea na biologia é uma imposição cultural, concluindo, assim, que gênero (e sexo) faz parte de um projeto e de uma superposição colonial.

É urgente refletir sobre práticas com engajamento ético-político para que possamos replantar conceitos nativos em nossa terra psicodramática. Essa metáfora nos direciona não apenas para a possibilidade de descolonização epistemológica, como também para uma mudança na geografia da razão. Segundo Linda Alcooff (2016), precisamos reconhecer como o colonialismo moldou e continua moldando certas identidades sociais. Além disso, é importante destacar como algumas identidades foram silenciadas, desautorizadas e até mesmo eliminadas, enquanto outras foram fortalecidas. Por isso, ainda a partir das contribuições de Alcooff, é muito importante o reconhecimento político das diversas identidades de gênero, incluindo pessoas não-binárias, transmasculinos, travestis e mulheres e homens trans.

### **Transcultural como resistência**

É muito comum a estigmatização das existências trans como algo 'novo', que está na 'moda', ou como 'um sintoma da modernidade' que tem a mídia e pesquisadores/as de gênero 'estimulando o imaginário coletivo'. Para quem serve a tentativa de firmar as existências trans como algo novo? Para os desavisados, a transgeneridade sempre existiu das mais diversas formas nas mais variadas culturas. Segundo Vieira & Fraccaroli (2018), é nesse sentido que travestis, lésbicas, bissexuais e homossexuais tiveram e ainda tem que assumir a linha de frente contra a “moral e os bons costumes” de um regime político tão violento e excludente que, em muitos aspectos, infelizmente, aparenta se constituir como um passado que insiste em não passar - seja para apagar determinadas identidades, seja para conservar modos políticos.

Para o historiador Juno Aguiar (2020):

Desenvolver uma pesquisa historiográfica a partir de uma perspectiva transcultural é deparar-se com alguns obstáculos de ordem sistêmica. Em primeiro lugar, devido à polissemia e atualidade do termo “transgênero”, é preciso buscar experiências que hoje poderiam ser consideradas como transgeneridade em vocabulários disponíveis no passado, como “inversão sexual”, “disfarcismo” e até mesmo “homossexualismo”. Também deve-se levar em consideração que, antes de 1950, transgeneridade e homossexualidade eram frequentemente entendidos como um mesmo fenômeno, sobretudo em pesquisas produzidas nos países da Europa e nos Estados Unidos.

A autodeterminação de gênero não é uma questão de direito 'novo' ou 'inalienável' no sentido estrito, mas sim uma discussão em andamento sobre o reconhecimento, o respeito dos direitos humanos e da diversidade de identidades. Negar esses direitos retira anos de luta do movimento LGBTIA+ na nossa sociedade, seja no campo epistemológico, seja no campo da saúde, nas ruas ou nas famílias. Tais conquistas se deram com muita luta e, frequentemente, com sangue, pois a violência e a morte dirigidas aos nossos corpos de gênero-dissidentes são uma realidade.

A autodeterminação pode ser compreendida como uma forma de conserva corporal, juntamente com as violências direcionadas às identidades não cisgêneras, já que cruzar o regime binário de gênero representa uma ameaça significativa para essas existências (Vomero, 2024). A conserva corporal, ancorada em normas binárias, não apenas reprime a espontaneidade e a criatividade, mas também oprime através do medo de rejeição, exclusão, ou até mesmo assassinato. Ela se manifesta como um contínuo (ou descontínuo) processo de criação do corpo em relação a si mesmo ou em relação à norma. Quando alguém cria seu próprio gênero ou sexualidade, ocorre um novo processo de conserva corporal, caracterizado pelo constante (des)fazer do gênero e do corpo (Vomero, 2024).

### **Patologizar a transfobia**

'É uma forma de loucura?' alguns se perguntam. A primeira autora atende um homem trans (Cauê) no contexto psicoterápico que recentemente relatou como foi a sua experiência ao compartilhar sobre sua transição de gênero com sua colega (Michelle) de jiu-jitsu. Após algumas fala de Michelle sobre não entender o que são pessoas trans, ele foi questionado sobre há quanto tempo estava fazendo terapia. Respondeu que estava em terapia há cerca de quatro anos, expressando, também, sua gratidão pelo espaço terapêutico, explicando que foi graças a isso que conseguiu ter coragem para se apresentar como quem realmente era desde criança. Infelizmente, recebeu a resposta de que deveria mudar de psicóloga, pois não era bom permanecer tanto tempo com a mesma profissional.

A partir do relato de Cauê, Michelle é bastante religiosa. Embora não possamos generalizar que todas as pessoas religiosas pensem dessa maneira, sabe-se que existem movimentos de 'conversão' em relação a sexualidade e gênero em alguns espaços religiosos. Indiretamente, ou talvez nem tão indiretamente assim, ela insinuou que ele deveria procurar outra profissional, possivelmente alguém capacitada para trabalhar com a suposta "terapia de conversão".

Compreender a transgeneridade como algo 'novo' ou como uma 'liberação dos bons costumes' pertence a uma racionalidade e a uma ideologia que, dentro das instabilidades e do

terrorismo da política antigênero, atuam para instalar no coinconsciente social uma falsa necessidade de preservação das ordens sociais existentes ou de uma simulada ideia de uma ordem social anterior (Butler, 2024). É dessa falácia que também emerge o tratamento do sexo biológico como algo natural e divino.

Não é à toa o discurso de Michelle. Essa lógica está amparada nas convicções da extrema direita e está sempre arraigada em discursos moralistas e frases que foram utilizadas durante um dos períodos de maior obscurantismo do Brasil: a ditadura militar. Essa conserva colonial vem desde as ações dos políticos do Governo-Geral do Brasil, que colonizaram e invadiram essas terras de mãos dadas aos missionários jesuítas. Durante o governo Bolsonaro, foi difundido que a masculinidade estaria ameaçada por uma “ideologia de gênero” (Butler, 2024). As classes dominantes no Brasil buscam estabelecer uma hierarquização social, utilizando o pânico moral contra as pautas LGBTIA+ e promovendo o discurso meritocrático que exalta as desigualdades e condena a solidariedade com grupos vulnerabilizados (Miguel, 2018).

Segundo Sonia Corrêa (2020), os movimentos antigênero começaram a se organizar no Brasil nos anos 2000 e ganharam força após a visita do papa Bento XVI ao Conselho Episcopal Latino-Americano (Celem) em Aparecida, em 2007. A partir de 2013, católicos e evangélicos uniram forças para formar uma aliança e combater a inclusão de qualquer referência a gênero no Plano Nacional de Educação (PNE). Desde então, foram aprovadas centenas de leis municipais e estaduais contra a abordagem de gênero na educação. Como discutido por Judith Butler (2024), no discurso de posse de Bolsonaro em janeiro de 2019, ele declarou seu compromisso em erradicar a "ideologia de gênero" nas escolas.

As pessoas com conhecimento em estudos de gênero, relações de poder e movimentos sociais, compreendem essa lógica como uma defesa do conservadorismo e dos valores tradicionais. É importante destacar que a “ideologia de gênero” não possui fundamentação epistemológica e é sustentada exclusivamente pela disseminação de notícias falsas pelo movimento de extrema direita, frequentemente apoiado por grupos católicos e evangélicos. Essa narrativa visa patologizar e criminalizar os estudos de gênero e transfeministas.

Segundo o papa, essas pessoas estão agindo como se tivessem poderes divinos, contestando flagrantemente o poder da divindade de definir o sexo delas para sempre. Em certos momentos, o papa declarou que os defensores do gênero procuram roubar os poderes de Deus, confirmando assim que trabalham junto ao diabo. Afinal, o diabo sempre se disfarça com uma aparência hipnotizante. Se o gênero é tão demoníaco, ou o próprio demônio, discutir com ele é cair em sua armadilha. Discutir com o diabo seria aceitar a falsa aparência como interlocutor plausível. Diabos e demônios só podem ser expulsos ou

banidos, queimados em efígies, e é por isso que a censura, o bullying e a patologização se tornam as estratégias-chave do movimento antigênero (Butler, 2024, pg. 47).

Bolsonaro é um dos maiores representantes da atualidade como defensor da 'honra' e da 'moral'. Segundo o professor Renan Quinalha (2018), a ditadura consolidou uma política oficial de perseguição às sexualidades dissidentes, com violências materiais e simbólicas e, também, na profusão de discursos que normalizaram a sexualidade dentro do campo da tradição, da moral e dos bons costumes. A 'liberação dos costumes', faz alusão a tudo aquilo que excede a norma do regime binário, da política oficial da sexualidade, além de, também, estar alicerçado à fundamentalismos religiosos, de caráter moralista e práticas inspiradas pelo momento histórico atual da pós-verdade.

A política antigênero parte de uma centralização cisheteronormativa, colocando a heterossexualidade e a cisgeneridade como algo natural e não como um construto histórico de poder. As ciências sociais, a psicanálise e o psicodrama reconhecem o campo da sexualidade como um conjunto de experiências coloniais, históricas, coletivas, relacionadas a múltiplas práticas sociais que são experienciadas de maneira singular por cada pessoa, essa experiência é nomeada como produção de subjetividade (Foucault, 2010; Preciado, 2022; Vomero, 2024).

No psicodrama, seguindo o caminho iniciado por Moreno e seus contemporâneos, “cruzar as fronteiras do sistema binário de gênero é se lançar a favor do estado de espontaneidade-criatividade e se reconhecer como agente-criador da própria história” (Vomero, 2024, pg 42). Para o pai da socionomia, todos somos criadores, e o divino está presente em nós e no aqui e agora.

### **Seria o psicodrama coisa do diabo?**

Moreno não apenas propôs uma teoria aberta, que nos permite criar em território latino, mas também concebeu uma metodologia contra a ordem e os bons costumes, traçando rotas desviantes ao nos nomear deusas e deuses com forças criativas. Assim, entendemos o psicodrama como uma teoria que combate o movimento antigênero, este que demoniza a espontaneidade e a criatividade de pessoas que criam seu próprio corpo.

Um psicodrama latino e contracolonial precisa, cada vez mais, incorporar narrativas sócio-emocionais que disputem espaço com a ciência moderna colonial. Como discutido no artigo “Escola da anarquia: psicodrama e letramento LGBTQIA+ e racial” é necessário ir além de abordagens superficiais e promover uma verdadeira descolonização do pensamento psicodramático e do papel de psicodramatista. Precisamos florescer estudos e práticas metodológicas inclusivas que permitam uma compreensão ampliada das vivências de corpos gênero-dissidentes e marginalizados, bem como uma escuta descolonizada. Isso envolve superar

a ideia de neutralidade e objetividade, frequentemente usadas para manter pessoas LGBTQIA+ e negras em posição de subalternidade (Vomero & Nery, no prelo).

Recentralizar a geografia da razão psicodramática implica em reorientar certas compreensões violentas. A patologia não reside na pessoa não-binária ou transmasculina, mas no pensamento colonizado daqueles que julgam e estabelecem normas médicas para perpetuar a transfobia. A enfermidade está no modo como se pensa a realidade, por isso, ao

[...] compreendemos a existência de um universo interpsíquico e intrapsíquico colonizado, conseguimos refletir sobre a importância de se descolonizar uma realidade ainda mais profunda, sobre descolonizar o inconsciente. Ou seja, reconhecer esse processo como efeito (des)contínuo de desbloqueio da espontaneidade-criatividade para a cocriação de relações télicas (Vomero, 2024, pg. 54).

Nesse sentido, tão importantes quanto a produção de compreensões é a inserção destas nas formações, visto que estes são os espaços que constroem os psicodramatistas. Sabemos a importância da educação na construção de uma sociedade e da necessidade de que sejam difundidas estas informações, valorizando as pesquisas e teorias que vêm sendo tecidas no psicodrama latino em um movimento de letramento LGBTQIA+ e racial. Esse letramento, tende a produzir profissionais atuantes com maior compreensão sobre as relações de poder e as violências vividas.

A ética do psicodrama é a antiética capital e colonial, por isso a importância do corpo e das emoções, pois “os patriarcas brancos nos disseram: penso, logo existo. A mãe Negra dentro de nós – a poeta – sussurra em nossos sonhos: eu sinto, portanto eu posso ser livre” (Lorde, 2019, pg. 26). Que possamos, assim, tecer uma teoria que não apenas ressoe com a diversidade e a livre expressão de cada corpo, mas também se conecte de forma profunda com o território e suas narrativas, preferencialmente contracoloniais.

## **Referências**

- Aguiar, J. N. M. (2020). Habitando as margens: a patologização das identidades trans e seus efeitos no Brasil a partir do caso Mário da Silva (1949-1959). [Tese de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Catarina]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219344/PHST0707-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- Alcooff, L. M. (2016). Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade E Estado*, 31(1), 129-143. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6082>>. Acesso em 27 jun. 2024.

Accarini, A. (2024). Brasil lidera ranking de países que mais matam LGBTQIA+. Maioria é de pessoas trans. Central Única dos Trabalhadores. CUT. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/brasil-lidera-ranking-de-paises-que-mais-matam-lgbtqia-maioria-e-de-pessoas-tra-6f58>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

Butler, J. (2024). Quem tem medo do gênero? Boitempo.

Fanon, F. (2022) *Os condenados da terra*. Trad. Ligia F. Ferreira e Regina S. Campos. Rio de Janeiro: Zahar.

Foucault, M. (2010). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. L.; Rabinow, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Lorde, A. (2019). *Irmãs outsider: Ensaio e conferências*. Autêntica Editora.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/%x>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Mbembe, A. (2011). *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife: Melusina.

Preciado, P. B. (2022). *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Zahar.

Miguel, L. F. (2018) Prefácio. A democracia à beira do abismo. In Jinkings, I. *A verdade vencerá: o povo sabe por que me condenam* (pp. 11-22). São Paulo: Boitempo.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO.

Quinalha, R. (2018). Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In. J. N. Green et al. (Eds.), *História do movimento LGBT no Brasil*. (pp. 15-38). Alameda.

Vieira, H. & Fraccaroli, Y. (2018). Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In. J. N. Green et al. (Eds.), *História do movimento LGBT no Brasil*. (pp. 357-377). Alameda.

Vomero, L. de S. Z. (2022). DECOLONIZANDO O CONCEITO DE RECONHECIMENTO (EU-TU). *Rev. Bras. de Psicodrama*, 30. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/576>

Vomero, L. de S. Z., & Nery, M. da P. (no prelo). Escola da anarquia: psicodrama e letramento LGBTQIA+ e racial. *Rev. Bras. de Psicodrama*, [s.n.].

Vomero, L. de S. Z. (2024). Conserva corporal – via de acesso para a (des)colonização do inconsciente. In M. da P. Nery; A. C. Eutrópio & L. de S. Z. Vomero (Orgs.), Sexualidades, corpos e poder: desobediências criadoras (pp. 33-61). Ágora.

**Modalidade:**

**assinalar se será realizada de modo (x) Presencial ( ) Online Híbrida ( )**